

Brasil: Oportunidades no cenário de transição- crise energética internacional¹

Nivalde de Castro²

Roberto Brandão³

Nelson Siffert⁴

O atual processo de transição energética, iniciado, de fato, a partir da crise do petróleo da década de 1970, impôs como prioridade máxima e estratégia central aos países a busca pela segurança do suprimento de recursos energéticos, essenciais para o funcionamento da sociedade.

Tomando como referência temporal o início do Século XX, a segurança energética esteve assentada na expansão crescente, em escala mundial, da cadeia produtiva da indústria de petróleo, permitindo não só suprimento abundante, mas custos baixos. Essa evolução explica, em grande parte, o rápido desenvolvimento industrial, com a substituição de forma gradativa e econômica do carvão, que tinha se mantido como principal fonte de energia durante o Século XIX.

O estopim da crise do petróleo em 1973 alterou radicalmente o cenário de segurança energética até então verificado, obrigando a adoção de políticas de eficiência energética e, acima de tudo, investimentos em bens energéticos substitutos, com destaque à energia nuclear e, principalmente, ao gás natural. Com a entrada em cena da crescente preocupação social com o aquecimento global, foram iniciados investimentos em energia eólica e, em seguida, solar. Estas duas fontes ganharam prioridade no Século XXI por viabilizarem os objetivos da segurança energética com a descarbonização.

¹ Artigo publicado pelo Broadcast Energia da Agência Estado de São Paulo em 22 de setembro de 2022.

² Professor do Instituto de Economia da UFRJ e coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (GESEL-UFRJ).

³ Pesquisador Sênior do GESEL-UFRJ.

⁴ Diretor da ICT Rede de Estudos do Setor Elétrico (ICT-RESEL).

A Guerra da Ucrânia, que impacta fortemente a Europa e repercute, também, na economia global, dada a elevação dos preços internacionais do gás e do petróleo, expressa uma situação análoga à crise do petróleo dos anos 70 no que se refere à segurança energética, especialmente para o continente europeu. Porém, a mais significativa diferença é que os acordos internacionais para redução do aquecimento global têm priorizado e estimulado investimentos nas fontes renováveis eólica e solar, ou seja, os bens substitutos já estavam na pauta das políticas energéticas europeias. Além disso, como bem substituto dos recursos energéticos não renováveis (carvão, petróleo e gás), o hidrogênio de baixo carbono também já estava incorporado aos planos, programas e metas dos países europeus.

A deflagração da Guerra da Ucrânia, com rápida e orquestrada imposição de sanções econômicas, e a retaliação russa de interromper o fornecimento do gás natural obrigam a Europa a adotar medidas heterodoxas extremas como taxar lucros extraordinários, preço da energia elétrica tabelado, bolsa energia para famílias carentes, etc. Estas medidas buscam mitigar o impacto sobre as atividades produtivas e o bem-estar das famílias no inverno.

Para a economia e o setor elétrico brasileiro, o grave cenário europeu de transição e crise energética com estagflação abre oportunidades, que serão, em suas linhas gerais, analisadas a seguir, considerando a contextualização internacional apresentada acima.

A Crise da Ucrânia foi o catalizador para a configuração de uma nova clivagem da geopolítica mundial, análoga à Guerra Fria, contrapondo os EUA à China. Por um lado, os EUA retomam a sua posição de liderança e hegemonia sobre a Europa no campo militar, via fortalecimento da OTAN, e energética, ao substituir gradativamente a oferta de gás e petróleo russo, mesmo que a custos nitidamente superiores. Por outro lado, a Rússia alinha-se à China, se tornando gradativamente grande exportadora de gás e petróleo a este país.

Em linhas gerais, a nova geopolítica energética mundial incentivará a Europa a adotar, entre outras, duas estratégias.

A primeira será uma marcha forçada da transição energética, através de investimentos em inovações e capacidade geradora de fontes próprias, ou seja, a partir das quais a Europa poderá dominar e garantir a oferta de energia elétrica. Destacam-se três fontes: (i) energia eólica *off shore*, com a máxima exploração deste potencial através do desenvolvimento de novas tecnológicas para mares profundos; (ii) energia solar, com a ampliação dos painéis fotovoltaicos de geração distribuída; e (iii) energia nuclear, mais de médio prazo, adotando-se a tecnologia dos *small modular reactor* (SMR), em função das vantagens de operação, segurança e produção em linha de montagem.

Na segunda, a Europa terá que buscar novos espaços econômicos amigáveis para recompor suas cadeias produtivas, que estão “se deteriorando” por conta da elevação dos custos da energia. Trata-se de um processo complexo, mas irreversível, dada a manutenção da fragilidade energética europeia no curto e médio prazo.

Destes dois contextos estratégicos, o Brasil, país tropical, continental, com grande população “sedenta” por novos empregos e com setores produtivos de dimensões consideráveis, se apresenta com condições competitivas favoráveis, pela simples e objetiva razão de dispor de elevado potencial dos cinco elementos-chaves para o processo de transição e superação da crise energética: terra (agricultura e mineração), água, vento, sol e, por fim, reservas de gás e petróleo.

A partir destes potenciais econômico, de recursos naturais abundantes e do novo cenário internacional, abre-se para o Brasil a oportunidade de iniciar um novo ciclo de investimentos, possivelmente podendo se configurar em um processo de reindustrialização, focado na produção de bens intermediários direcionados para o mercado interno e para exportação. O diferencial destes bens é que serão produzidos a partir de fontes renováveis (eólica, solar e hidrogênio verde) a custos competitivos, em razão da curva de produtividade derivada dos ganhos de escala.

Com estes produtos de alta qualidade de sustentabilidade, o Brasil poderá superar as barreiras da taxação de produtos cinzas, ou seja, com elevada pegada de CO₂, que certamente serão aplicadas pela Europa. Este cenário promissor, porém, depende em grande medida da formulação de uma estratégia de política e visão de Estado que poderá ser pensada e executada a partir de 2023.